

30 JUN 1987

# Senador admite que projeto favorece Banco do Brasil

30 MAI 1987

Márcia

Da Reportagem Local

presidente da subcomissão do tema financeiro do Congresso constituinte, senador Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE), admitiu ontem, em São Paulo, durante a reunião da Associação de Bancos Comerciais, que o projeto aprovado pela subcomissão, na forma como está, favorece o Banco do Brasil.

Segundo Sabóia, "as propostas para a estatização total do sistema financeiro cresceram muito durante os trabalhos, e poderiam ter sido mais ponderadas. Fui então obrigado a falar sobre uma questão real, e não sobre uma questão doutrinária, e optar por um sistema híbrido com a fortificação do BB, graças principalmente aos esforços de seu presidente, Camilazans".

Além do fortalecimento do BB, também a proibição de que bancos estrangeiros recebam depósitos de qualquer espécie foi atribuída pelo

senador à pressão pela estatização. Neste caso, no entanto, a idéia básica foi a de "dar aos bancos estrangeiros um tratamento de reciprocidade com relação àquele recebido pelos bancos nacionais nas principais praças externas onde atuam". Desta maneira, afirmou, "foi possível chegar a um denominador comum que evitasse, no momento do nascedouro de leis sobre o sistema financeiro, um problema de maior monta".

## Sistema híbrido

As definições básicas sobre o sistema financeiro, no entender do senador, já estão prontas e não devem mais sofrer qualquer alteração até o final dos trabalhos do Congresso constituinte. Entre essas definições, a principal é aquela que define o sistema bancário brasileiro como um sistema híbrido, onde devem conviver bancos estatais e privados. Os outros pontos seriam a atribuição ao Congresso do poder de legislar sobre o sistema financeiro, a

autonomia do Banco Central e a instauração de um sistema que facilite a entrada de novos concorrentes. As mudanças possíveis nesses casos seriam apenas de pontos específicos, e sempre através de legislação ordinária, "onde se pode repudiar o que ainda não parecer direito", disse Sabóia.

Com relação aos problemas gerais da Constituição, Sabóia acredita que o maior problema vem sendo o de "ordenar a normalidade numa época de crise, pois a Constituição não pode ser feita em função da crise, que é passageira, mas para ditar as regras de um período longo". Entre os problemas da crise que afetam a Constituição, Sabóia indicou a discussão do mandato do presidente Sarney. Para ele, essa questão deveria ser tratada nas disposições transitórias, depois de concluídos os trabalhos, pois "esta é uma questão meramente presente, e não há qualquer sentido em legislar sobre ela".